

COMUNICADO nº 004/2026 – SEFA/DCG

Prezados responsáveis pelos Núcleos Fazendários Setoriais e congêneres,

A Diretoria de Contabilidade-Geral do Estado – DCG, no uso de suas atribuições, estabelecidas no art. 23 da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020 (Lei de Qualidade e Responsabilidade Fiscal – LQRF), vem por meio do presente informar quanto aos procedimentos para emissão das **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)**, bem como, as ações para prestação de contas conforme o Decreto Estadual nº 2.575 de 30 de agosto de 2019. De antemão faz-se necessário o destaque às normativas publicadas anteriormente (site SIAFIC) e que trazem importantes definições para as ações que sucedem às prestações de contas:

- Nota Técnica Contábil nº 001/2022 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público;
- Nota Técnica Contábil nº 001/2023 – Regras de Integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP);
- Nota Técnica Contábil nº 001/2025 – Notas Explicativas (Atualizações à NTC nº 001/2022);

Segundo NBCT SP 11, as demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade. A finalidade das demonstrações contábeis é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos. Especificamente, as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo também informações:

- a. sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;
- b. sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas

Diretoria de Contabilidade Geral do Estado | Av. Vicente Machado, 445 | Centro | Curitiba/PR | CEP 80420-010

contabilidade@sefa.pr.gov.br | 41 3235.7920 | 3235.7922

www.fazenda.pr.gov.br

- necessidades de caixa;
- c. úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;
- d. sobre a condição financeira da entidade e suas alterações;
- e. agregadas e úteis para a avaliação do desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência e cumprimento dos seus objetivos;

O Decreto nº 2.575/2019 e a Instrução Normativa do Tribunal de Contas estabelecem prazos a serem cumpridos quando da remissão das informações aos órgãos de controle/centrais. Neste sentido, realçam-se os seguintes:

Documentação	Emissor	Receptor	Prazo
Prestação de Contas com escopo de análise definido pela Instrução Normativa do TCE PR	Entidades da Administração <u>Direta e Poderes</u>	Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE PR	Aguardando publicação da Instrução Normativa ¹
Prestação de Contas com escopo de análise definido pela Instrução Normativa do TCE PR	Entidades da Administração <u>Indireta e Fundos Especiais</u>	Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE PR	Aguardando publicação da Instrução Normativa ²
Prestação de Contas nos termos do Anexo II do Decreto nº 2.575/2019	Núcleos Financeiros Setoriais da Administração Direta e Indireta do Estado	Diretoria de Contabilidade-Geral do Estado – SEFA/DCG	27/02/2026

O cumprimento dos prazos e respectivas prestações de contas, passa pela emissão das DCASP, que ocorrerá junto ao SIAFIC. Esta ação deverá ocorrer “logando” no exercício de 2025 (findo das declarações), a partir da função Contabilidade >> Emitir Balanços >> Impressão, conforme print:

¹ Embora a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ainda não tenha sido publicada, o prazo tradicionalmente adotado para o encaminhamento da Prestação de Contas para as entidades da **Administração Direta e Poderes é de 31 de março de 2026**, podendo ser ajustado após a publicação da referida Instrução Normativa.

² Embora a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ainda não tenha sido publicada, o prazo tradicionalmente adotado para o encaminhamento da Prestação de Contas para as entidades da **Administração Indireta e Fundos Especiais é de 30 de abril de 2026**.

“conhecer” todas as individualidades. Por essa razão, faz-se necessário que as peculiaridades não contempladas no documento *padrão* sejam incluídas pelas UG’s que prestarão contas.

A vista do até aqui exposto, a Diretoria de Contabilidade-Geral do Estado – DCG destaca que permanece integralmente à disposição dos agentes públicos responsáveis pela execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado do Paraná, e que tal recomendação é devida à importância da manutenção da integridade no registro da informação contábil, bem como do zelo e da transparência.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Rafael Florêncio Batista
Diretor-Adjunto de Contabilidade-Geral do Estado
Diretoria de Contabilidade – SEFA/DCG
CRC-PR 063.677/O-0

Correspondência Interna 008/2026.

Documento: **COMU_004_2026_DCG_SEFA_EmissaodasDCASP.pdf.**

Assinatura Qualificada realizada por: **Rafael Florencio Batista** em 06/02/2026 13:33.

Inserido ao documento **2.006.095** por: **Samantha Belin** em: 06/02/2026 13:31.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
4f3a326ef0d06c300d0638f02f907fec